



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

MARIA DO SOCORRO SABINO FARIAS

**A INDISCIPLINA: UMA QUESTÃO A SER REPENSADA A PARTIR DOS
PARÂMETROS DA GESTÃO ESCOLAR**

**CAMPINA GRANDE – PB
2014**

MARIA DO SOCORRO SABINO FARIAS

A INDISCIPLINA: UMA QUESTÃO A SER REPENSADA A PARTIR DOS
PARÂMETROS DA GESTÃO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Secretária de Educação a Distância, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Rosângela Paulino da Silva, MS.

CAMPINA GRANDE – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Farias, Maria do Socorro Sabino

A indisciplina [manuscrito] : uma questão a ser repensada a partir dos parâmetros da gestão escolar / Maria do Socorro Sabino Farias. - 2014.

44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Gestão Pública Municipal EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Rosângela Paulino da Silva, Humanas".

1. Indisciplina escolar. 2. Gestor escolar. 3. Causas. I. Título.

21. ed. CDD 371.12

MARIA DO SOCORRO SABINO FARIAS

A INDISCIPLINA: UMA QUESTÃO A SER REPENSADA APARTIR DOS
PARÂMETROS DA GESTÃO ESCOLAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Secretária de Educação a Distância, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em 18 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Rosângela Paulino da Silva
Orientadora: Rosângela Paulino da Silva, MA.

Suidete Costa Dias

Suidete Costa Dias, ESP,
Professor avaliador

Claudia Maria de Lima

Claudia Maria de Lima, ESP,
Professor avaliador

CAMPINA GRANDE – PB

DEDICATÓRIA

A Deus, pela sua excelência e grandeza, por ter me criado como sua imagem e semelhança e me dado o dom da inteligência.

Aos meus familiares, pelos incentivos e contribuições.

Aos professores e amigos, que compartilharam comigo deste estudo.

À minha orientadora Rosângela, pelo seu comprometimento e responsabilidade na condução deste trabalho.

RESUMO

No presente estudo, fazemos uma reflexão teórica a respeito da indisciplina dos alunos na escola. Delimitamos a problemática para a educação nos Anos Iniciais. O Foco central é mostrar como os professores lidam com a indisciplina em sala de aula. A luz do referencial teórico apresenta que a indisciplina é vista como uma atitude de desrespeito, de intolerância e do não cumprimento de regras capazes de orientar a convivência de um grupo. Por exercer, entre outras, a função de subsidiar os professores no seu fazer pedagógico o gestor encontra-se muitas vezes sem respostas a tais queixas e questionamentos frente às expressões de indisciplina **dos alunos relatadas por professores**. Propomos uma reflexão sobre o trabalho da gestão escolar frente às questões de indisciplina na escola. No decorrer do processo investigativo foi possível observar as situações que mais favorecem o problema da indisciplina em sala de aula, bem como a importância da postura que o professor irá tomar diante deste fenômeno que faz parte a sua realidade. Conclui-se que a prática docente deve estar voltada para a interação com os alunos, procurando minimizar os problemas decorrentes da indisciplina no processo de ensino aprendizagem.

Palavras-chaves: indisciplina escolar. Gestão escolar. Prática docente.

ABSTRACT

In this study we make a theoretical reflection about the discipline of pupils in school. We delimit the problem for education in the early years. The central focus is to show how teachers deal with discipline in the classroom. The light of the more theoretical features that indiscipline would be seen as an attitude of disrespect, intolerance and noncompliance with rules that can guide the coexistence of group. For example, among others, the function of supporting teachers in their teaching to the of management without answers to such questions in the face of complaints and expressions of management disruptive students. We propose reflection on the work of school in the face of issues of indiscipline in school, during the investigative process was possible to observe the situations better suited to the problem of indiscipline in the classroom as well as the importance of posture that the teacher will take before this phenomenon that is part of their reality. We conclude that teaching practice should be focused on the interaction with students, seeking to minimize the problems arising from lack of discipline in the process of teaching and learning.

Keywords: School indiscipline. School manager. Teaching practice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO -----	7
2. A INDISCIPLINA E SUA ORIGEM-----	9
2.1. As concepções de disciplina no debate educacional brasileiro-----	16
2.2. Causas que Levam à Indisciplina-----	18
2.3. A Escola frente à indisciplina-----	24
2.4 Perspectivas de Soluções-----	26
2.5. Propostas Pedagógicas-----	27
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO-----	29
4. A ATUAÇÃO DO GESTOR FRENTE À INDISCIPLINA ESCOLAR-----	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	40
6. REFERÊNCIAL BIBLIOGRAFICO-----	42

1-INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o papel do pedagogo que atua na gestão escolar frente às questões relacionadas à indisciplina escolar. Pretendemos, através de nossa práxis e estudos teóricos, questionar esta realidade e deixar de ver este problema de maneira mecânica olhando- o através de uma análise atrelada à existência de inquietações dos educadores que atuam nos anos iniciais, dentre eles o gestor escolar, acerca da indisciplina escolar, haja vista que a mesma tem sido motivo de inúmeras queixas reveladas por professores que fazem parte do cotidiano profissional dos gestores escolares.

Longe de ser um fenômeno particular da educação, a indisciplina escolar tem impulsionado educadores do mundo todo a repensarem estratégias de ação pedagógica diante das formas de expressão, causas e implicações psicopedagógicas.

Considerando as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos professores com os alunos que se recusam a cumprir regras na convivência escolar, gerando problemas que influenciam negativamente no processo de ensino aprendizagem, levando o professor a tornar-se muitas vezes impotente, nos empenhamos em compreender de forma mais aprofundada este fenômeno.

Diante da realidade o presente trabalho busca refletir sobre a prática do professor e a sua influência com relação à indisciplina em sala de aula. Em meio a tal objetivo, tornou-se possível perceber o preponderante papel da família no enfrentamento desse problema, bem como outros fatores que estão contribuindo para a sua superação ou manutenção da indisciplina escolar.

A escola é considerada uma instituição social concreta, integrante de um sistema sociopolítico concreto, mas se apresenta como vítima de um público inadequado. Trata-se de atribuir às crianças características inatas ou familiares que as tornam inaptas ou incapacitadas, recaindo sempre nelas a responsabilidade pela sua não-adaptação à escola. No caso da indisciplina, segundo esse ponto de vista, trata-se de um sintoma de relações familiares desagregadoras, incapazes de realizar, a contento, sua parte no trabalho educacional de crianças e adolescentes (AQUINO, 1996).

[...] a tarefa de educar, não é responsabilidade da escolaé tarefa da família, que ao docente cabe repassar seus conhecimentos acumulados, a solução pode estar na forma da relação entre professor e aluno, ou seja, a forma que suas relações e vínculos se estabelecem, pode estar no desenvolvimento do resgate da moralidade discente através da relação com o conhecimento e que esse conhecimento deve ser construído socialmente, sem rigidez ou autoridade. (Aquino 1996 p. 98).

O fenômeno da indisciplina, com todas as suas consequências, que aparece no contexto escolar, nas pesquisas e nos estudos educacionais, vem atraindo muitos e diversos olhares, e variadas formas de investigação e discussões. Na realidade atual, a questão da indisciplina escolar tem se tornado um grande desafio aos objetivos educacionais. Ambos os casos, o de fracasso escolar e o de indisciplina, têm sido revestidos pelas perspectivas psicológicas e sociológicas, que, de igual modo, naturalizam esse fenômeno, atribuindo-o, no primeiro caso, a fatores no desenvolvimento das crianças (AQUINO, 1996) ou, no segundo caso, a causas familiares, de violência social e doméstica (SANTOS 2001).

Segundo Aquino (1996 p. 40): a visão hoje, quase romanceada da escola como lugar de florescimento das potencialidades humanas parece ter sido substituída, às vezes, pela imagem de um campo de pequenas batalhas civis; pequenas, mas visíveis o suficiente para incomodar. Tais batalhas interferem na maneira de os professores pensarem a sala de aula.

Por sala de aula, entende-se o local onde o aluno inicia o processo de aprendizagem escolarizada. Os estudos mostram que para os educadores é necessário organização e normatização das atividades e das relações em sala de aula para que a aprendizagem dos conteúdos curriculares se efetive, o que implica submissão e adequação de comportamentos segundo expectativas docentes. O fracasso na constituição da disciplina na escola se revela para os docentes um entrave para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, para a qualidade de ensino e para a formação ética dos alunos, como analisado por Roure (2001).

O termo indisciplina referido neste texto representa comportamentos em sala de aula que, conforme relatam muitos professores, perturbam e afetam de forma prejudicial o ambiente de aprendizagem. Constatamos através de nossa prática profissional em escolas de educação básica que a preocupação por parte do professor com a indisciplina escolar vem aumentando cada vez mais. Tais fatos nos levam a refletir sobre a indisciplina escolar inserida numa perspectiva de gestão pedagógica. Para aprofundamento do tema, foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico, com abordagem qualitativa, a partir de leituras e fichamento de textos, livros, artigos e revistas, enfocando-se autores como: Antunes (2002) Rebelo (2002), Passos (2012) Aquino (1996), entre outros.

Por fim, elencamos algumas propostas pedagógicas a partir do problema investigado e as considerações finais, nos quais apontamos para a necessidade da escola (professores, pais alunos, direção e equipe técnica/pedagógica) questionar esta realidade indisciplinar. Deixar de ver este problema de maneira mecânica e sim, olhar o problema através de uma análise criteriosa das causas e possíveis soluções para esta questão.

2. A INDISCIPLINA E SUA ORIGEM

A manutenção da disciplina constitui, na verdade, uma preocupação de todas as épocas como já testemunhava alguns textos de Platão - Protágoras ou as Leis. E nas confissões de Santo Agostino constatamos que perturbavam a ordem instituída para seu próprio bem. (LOPES, 1998 p.223).

No dicionário Aurélio (2000 p.384), assim se define disciplina: "regime de ordem imposta ou livremente consentida; ordem que convém ao funcionamento regular de uma organização; relação de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor; submissão a um regulamento". Segundo Foucault

A disciplina é uma técnica de exercício de poder, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Historicamente as disciplinas existiam há muito, na Idade Média e mesmo na Antiguidade. Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma técnica de gestão dos homens (Foucault, 1998 p.105).

A inserção da Escola neste processo se dá através da distribuição espacial dos alunos para a possibilidade de um ensino de massa. Individualiza-se o sujeito no espaço físico das salas de aula e padronizam-se os objetivos a serem alcançados. Busca-se não somente o controle sobre o resultado final, mas também o modo como obtê-lo. De forma semelhante a outras instituições estruturadas na mesma época, o disciplinamento escolar, assim como os demais, focalizou-se no gesto, logo, no corpo, em busca da ação mais produtiva, controlada sistematicamente pela racionalização do tempo, pelo olhar do superior e por exames periódicos. (FOUCAULT, 2002).

Houve durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo - ao corpo que se manipula, se modela se treina, que obedece, responde se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. (FOUCAULT, 1987 p. 125).

Através desta descoberta, o que antes era considerado um talento ou uma vocação dos sujeitos, a partir do século XVII passou a ser algo construído através do disciplinamento, da correção da postura, dos novos hábitos. Visando assim aumentar e modelar as habilidades do homem, o tornando mais obediente, mais útil, o aperfeiçoando e o modelando (FOUCAULT, 1987). No meio educacional esta concepção também se faz presente. A escola tem o intento

de operar este poder de transformar, de modelar os sujeitos a fim de aprimorar as suas capacidades e educá-los conforme as regras e necessidades de que a sociedade exige e necessita.

Mas, neste sentido, nem todos os “assujeitados” possuem uma posição de passividade, já que do poder todos podem participar. Na prática pedagógica os alunos podem aderir ou resistir diante de determinadas situações. No que se refere à resistência dos educandos, o comportamento que mais se evidencia é a indisciplina. Definida por um comportamento desordenado, contraponto direto do modelo engendrado pelo poder disciplinar, mas esta não é a única forma de burlar a ação disciplinadora, soma-se à indisciplina uma série de mecanismos como: a simulação, o vandalismo, o arremedo, dentre outros atos de contestação.

Como vemos a disciplina/ indisciplina na escola, é um fenômeno que decorre da sociedade e de seu sistema de ensino, mas é também um fenômeno essencialmente escolar, tão antigo como a própria escola e tão inevitável como ela.

Segundo Passos o estudo sobre a indisciplina deve envolver, portanto, a análise de múltiplos aspectos, tais como as estruturas de poder na escola, as pressões e expectativas dos pais, as concepções dos professores em relação à construção dos conhecimentos entre outros (PASSOS 2012 p.126).

O professor deve estar sempre atento ao perfil de seus alunos, na hora do planejamento, para não sugerir conteúdos e atividades alheias aos seus interesses que não possibilitem o envolvimento deles na aula.

A indisciplina é um problema que se manifesta em quase todas as escolas públicas e particulares em maior ou menor grau e, que incomoda a maioria dos educadores. Esse problema se manifesta por agressões físicas e verbais, humilhação, ausência de limites, atitudes incivilizadas, etc. Tudo isso compromete de forma significativa no rendimento geral da escola e na forma como a escola passa a ser vista e avaliada pela sociedade em relação com o papel que ela presta a esta sociedade. Conforme o grau de disciplina ou indisciplina que impera na escola, a escola pode ser avaliada como uma escola boa ou uma escola ruim na qual os pais podem confiar que seus filhos estudem nela.

Segundo Yves De La Taille em entrevista na revista nova escola, ela dá três definições para o termo indisciplina. A primeira tem a ver com a falta de autodisciplina, que é quando o aluno não consegue organizar a tarefa. A segunda pode ser associada à desobediência. Acontece quando eu mando o aluno fazer algo e ele não faz. Eu deixo de ter

autoridade porque ele não seguiu minhas ordens, mas não fui desrespeitado. O estudante pode desobedecer dizendo algo como “Senhor, me desculpe, mas eu não vou fazer a lição”. É uma questão política, tem a ver com a legitimidade do posto de direção. A terceira indisciplina, o desrespeito, essa, sim, é uma questão moral. Se estou lecionando e o aluno se levanta e vai embora como se eu não existisse, fui desobedecido como autoridade e desrespeitado como pessoa, independentemente do fato de eu ser ou não professor.

Urie Bronfenbrenner, autor da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, que é utilizada para se compreender o desenvolvimento na Abordagem Sistêmica, propõe que o desenvolvimento de uma pessoa ocorre a partir de intercâmbios cada vez mais complexos entre seus aspectos biopsicológicos e os outros indivíduos, objetos e símbolos do contexto (Bronfenbrenner, 2011. P 68). Isso acontece pela interação dinâmica de quatro núcleos multidirecionais e inter-relacionados: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (PPCT) (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Processos são as conexões entre os diferentes níveis, papéis e atividades diárias da pessoa em desenvolvimento. Para se desenvolver intelectual, emocional, social e moralmente um ser humano precisa da participação ativa em interações progressivamente mais complexas e recíprocas com pessoas, objetos e símbolos no ambiente imediato. Para ser efetiva, a interação tem que ocorrer em uma base bastante regular e em períodos estendidos de tempo. Os processos proximais, considerados os motores do desenvolvimento, são aqueles em que há participação efetiva, face a face, constante, recíproca e progressivamente mais complexa.

O núcleo pessoa diz respeito às características pessoais que podem influenciar a maneira de os outros interagirem com o sujeito em desenvolvimento. Existem três características da pessoa que influenciam e moldam o curso do desenvolvimento humano: a) disposições - que podem inibir ou colocar os processos proximais em movimento e continuar sustentando a sua operação; b) recursos - habilidades, experiências e conhecimento para que os processos proximais sejam efetivos ou não em determinada fase de desenvolvimento; e c) - características de demanda que convidam ou desencorajam reações do contexto social e podem nutrir ou romper a operação de processos proximais.

O núcleo contexto diz respeito ao meio ambiente global em que o indivíduo está inserido e onde se desenrolam os processos desenvolvimentais. Abrange tanto os ambientes mais imediatos nos quais vive a pessoa em desenvolvimento, como os mais remotos, em que a pessoa nunca esteve, mas que se relacionam e têm o poder de influenciar o curso de

desenvolvimento humano. Esses ambientes, também denominados de subsistemas, estão referidos e descritos a seguir.

- **Microsistema:** constitui-se de ambientes do ciclo de relações mais próximas do sujeito, com os quais ele interage face a face e exerce diferentes papéis em cada um, como, por exemplo, a família, a escola para a criança, o trabalho para os adultos, etc.
- **Mesosistema:** consiste nas inter-relações entre dois ou mais microsistemas, sendo modificado sempre que o indivíduo passe ou deixe de fazer parte de algum ambiente, a saber, as relações entre a família e a escola, entre a família e o trabalho dos pais, etc.
- **Exossistema:** é o subsistema em que o sujeito em desenvolvimento não é participante ativo, mas no qual podem ocorrer eventos que o afetem e, por exemplo, os ambientes de trabalho dos pais para as crianças.
- **Macrossistema:** envolve e permeia todos os outros ambientes, formando uma rede de interconexões que se diferenciam de uma cultura para outra. Constituem o macrossistema a economia, política, a religião, o sistema de leis e outras características inerentes a cada cultura.

Esse modelo de compreensão do desenvolvimento humano reforça a importância de considerar a indisciplina como um fenômeno relacional que sofre influência de diversos sistemas. Sob esse enfoque pode-se entender que o autor de maus-tratos, por exemplo, não apenas é um agente produtor da violência, mas pode também ter tido seu desenvolvimento moldado pela violência, por meio de padrões agressivos de interação e fatores facilitadores de bullying e desrespeito, ou seja, pode estar reproduzindo padrões relacionais de outros microsistemas nos quais participa ou que foram aprendidos como meio de resolução de problemas. Há evidências de que esse padrão relacional resulta de comportamento aprendido precocemente (em torno dos dois anos de idade) e pode manifestar-se através de atos de violência física ou emocional e assumir formas diretas ou indiretas de ameaça.

Estes atos de intimidação de um alvo se tornarão constantes e serão transformados em bullying se houver um grupo de apoiadores que os incentive, encorajando e valorizando o comportamento do valentão ou do grupo de valentões.

De acordo com Bronfenbrenner (2002) é crucial estudarmos os ambientes nos quais nos comportamos para podermos abandonar descrições lineares, particularísticas e processos sem conteúdo. Todo e qualquer ambiente, inclusive a escola, apresenta a capacidade de funcionar efetivamente como um contexto para o desenvolvimento, pois para assim ser caracterizado faz-se necessário considerar a existência e natureza das interconexões sociais

entre os ambientes, incluindo a participação conjunta, a comunicação e a existência de informações em cada ambiente a respeito do outro. (BRONFENBRENNER, 2002, p.7).

Estudar o ambiente em que os sujeitos estão inseridos é de extrema importância para que ocorra o desenvolvimento, pois se conseguimos estudar as interações entre as características dos sujeitos e seus ambientes, conseguiremos encontrar as explicações para o que fazemos, uma vez que os principais efeitos estão na interação, ou seja, se pretendemos alterar os comportamentos, precisamos modificar os ambientes (BRONFENBRENNER, 2002, p.15). O conceito de Desenvolvimento humano na perspectiva utilizada para este estudo é descrito como o processo através do qual a pessoa desenvolvendo adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo – validade ecológica (BRONFENBRENNER, 2002, p. 23).

A escola há séculos continua a reproduzir os mesmos rituais em seu contexto no mobiliário, nas filas, na autoridade do professor, na avaliação da aprendizagem, na compreensão dos fenômenos em seu processo ensino-aprendizagem. Um dos fenômenos que atinge diretamente o fazer pedagógico é o comportamento agressivo e indisciplinado dos estudantes. Faz-se necessário, portanto compreender o professor em sua ação disciplinar e fazê-lo compreender os motivos de sua ação para ajudá-lo a partir de sua própria visão do fenômeno disciplinar a agir de uma maneira mais sistêmica e global, considerando os sistemas ecológicos em que todos estamos inseridos e a influência do meio sobre o comportamento humano. Neste sentido, buscamos também na teoria do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner (1996), o aporte teórico para nos ajudar a compreender a influência da ação educativa do meio, no caso a escola, sobre o indivíduo, educando, como também propor através do que a teoria de Bronfenbrenner advoga, um novo olhar sobre a ação disciplinar da escola e do professor sobre o estudante e seu comportamento.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano enfatiza a necessidade de compreender a indisciplina, como um fenômeno relacional influenciado por vários indivíduos e sistemas. Sob esse enfoque não é possível reduzi-lo à dualidade agressor/vítima.

Por tratar-se de situações repetidas de violência nem sempre identificadas e reconhecidas como tal, é fundamental a realização de investigações que possibilitem o diagnóstico, a fim de caracterizar a incidência e abrangência do problema em cada instituição de ensino.

Após este primeiro passo, faz-se necessário o engajamento de toda a comunidade escolar. Inicialmente devem ser promovidos meios de informá-la sobre em que a indisciplina se constitui, como se manifesta e quais são as consequências a curto, médio e longo prazo para cada um dos envolvidos. Por tratar-se de um fenômeno relacional, qualquer estratégia, para ser bem-sucedida, deve trabalhar com base nas relações e abranger os diferentes subsistemas da comunidade escolar: alunos, funcionários, educadores, pais e as demais pessoas comprometidas com o aluno.

A indisciplina se apresenta na escola e na sala de aula em todos estes níveis, mas, pelo fato da comunidade escolar não discutir ou refletir bem este assunto, erra bastante. Erra quando trata algumas atitudes que estão em alguma das três definições e age dentro de outra. Muitas atitudes de reação, ou contestação de alunos em relação a certas atitudes de professor, muitas vezes ultrapassadas, podem ser caracterizadas como indisciplina, o que para o aluno não é, mas para o professor pode ser. Por isso, é necessário que se tenha uma boa concepção de disciplina e indisciplina, para que se possa construir um Regimento Escolar que respeite claramente o que é direito, o que é dever, o que pode o que não pode (vedações). Assim, pode-se evitar que a escola veja a disciplina por uma única ótica, como diz Ferrari (2005, p.25) quando ele afirma que o principal erro da escola em relação à disciplina: É pensar que existe um único tipo de disciplina e que ela só pode ser imposta, minha ideia é que disciplina é um trabalho de todos em sala de aula constrói-se a melhor forma de acordo com a necessidade. Essa é uma forma simplista de ver uma problemática desta natureza, uma problemática que pode se manifestar de diversas formas e a partir de diferentes fatores. Os diversos problemas pelos quais passa uma sociedade capitalista, que valoriza mais o ter do que o ser, que exclui que gera fome e miséria no mundo inteiro, que divide a sociedade em classes, que concentra a renda nas mãos de poucos, levando a cada vez um número menor de ricos e cada vez maior de pobres influenciam no comportamento dos discentes e docentes e em seu cotidiano escolar.

A escola finda recebendo alunos com valores seriamente comprometidos, ou sem alguns valores necessários para uma boa formação, consequência deste modelo de sociedade. Por isso, muitos dos problemas de indisciplina estão sendo tratados por alguns teóricos no mundo inteiro como Bullying Escolar.

O termo Bullying é um termo que une alguns comportamentos que levam a geração de conflitos, tanto na sala de aula como nas dependências da escola, principalmente quando estão na ausência dos professores, que são mediadores de relações sociais, quando eles

podem falar o que quiserem e com quem quiserem. Por isso, a relação de igualdade proporcionada pela liberdade e a ausência de adultos na hora do recreio nem sempre são bem aproveitados. Como se ver em (VARDAS E BAGATINI, 2007, p.36) quando elas afirmam: A falta de tarefas programadas muitas vezes leva a geração de conflitos, como brigas entre as crianças e adolescentes e o preocupante fenômeno Bullying, que hoje é objeto de estudo e atenção de diretores, professores, pais, alunos e funcionários.

O termo bullying é tratado aqui como atitudes e comportamentos que geram ou caracterizam insultos, intimidações, apelidos cruéis e constrangedores, gozações que marcam e magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida de outros alunos, levando-os a exclusão, além de danos físicos, psíquicos, morais e materiais. Isto exige que a escola precise tratar este tipo de situação com muito cuidado. Por isso, precisa identificar diagnosticar e encaminhar os casos de bullying escolar para os profissionais da área específica e capacitar os profissionais para lidar com esse tipo de problema, para que eles possam conseguir diferenciar os casos de bullying das brincadeiras próprias das crianças.

A indisciplina configura-se, portanto em um problema que muitas escolas ainda não sabem como lidar, mas algumas escolas estão buscando alternativas para minimizar este problema, e neste sentido como pode se comprovar em (FANTE APUD VARGAS E BAGATINI 2007, p.36) quando ela diz: No Brasil, diversas escolas estão buscando alternativas para diminuir a indisciplina e a violência na hora do recreio. Para isso são propostas brincadeiras lúdicas e culturais no pátio.

Segundo Vargas as escolas vêm desenvolvendo e aprimorando projetos que priorizem, sobretudo, as relações interpessoais, conscientizando-se de que o pátio de recreio representa um espaço de todo um momento de inclusão, de amizade, de cooperação.

Partindo-se do princípio de que mudanças bruscas e imediatas estão ocorrendo nesta sociedade, mudanças que têm gerado muitos tipos de problemas e que a escola não tem um manual pronto para usar, precisa partir de alternativas como esta citada por Fonte anteriormente.

Por isso, é preciso que as escolas revejam seu papel, quando em seus recintos se apresentarem este tipo de problema. Que criem alternativas, que desenvolvam hábitos e atitudes positivas, e que melhorem a autoestima dos alunos e acredita-se que o lúdico sendo

mais utilizado e bem utilizado pela escola, pode-se conseguir minimizar consideravelmente e mais rapidamente este tipo de problema.

Devido às configurações adquiridas pelas expressões de indisciplina na escola exige-se dos profissionais da educação um repensar sobre o conceito de indisciplina, que não mais pode ser considerado como “problema de comportamento”, uma vez que, de acordo com Garcia (1999) esse conceito deve ser superado e outras dimensões devem ser consideradas. É importante considerar

[...] a indisciplina no contexto das condutas dos alunos, dentro ou fora da sala de aula, nas diversas atividades pedagógicas, a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola e também considerar a indisciplina contextualizada com o desenvolvimento cognitivo desses alunos. (Garcia, 1999 p. 102).

Segundo o autor trabalhar a indisciplina a partir de mecanismos de controle comportamental se trata de uma visão já superada do fenômeno. A visão que se tem atualmente é da indisciplina enquanto fenômeno de aprendizagem. Desta forma, aquele aluno considerado indisciplinado não o é somente por haver rompido com regras da escola, mas porque não está desenvolvendo suas possibilidades cognitivas, atitudinais e morais. (Garcia, 2002).

Dessa forma, a indisciplina escolar está intimamente ligada a tudo que diz respeito ao ensino, aos objetivos, às práticas e perspectivas que a orientam, além dos condicionantes próprios da aula, da escola, da comunidade e do sistema.

2.1. As concepções de disciplina no debate educacional brasileiro

De modo geral, o debate sobre a disciplina/indisciplina no Brasil, nas duas últimas décadas, se desenvolve sob diferentes enfoques teóricos, que podem ser percebidos em cinco momentos distintos como coloca Roure (2000). O primeiro se fundamenta nos estudos sobre o desenvolvimento moral de Piaget e Kohlberg. O segundo pode ser observado nas abordagens pedagógicas de cunho socialista que se baseiam, em especial, nas formulações de Gramsci e Makarenko. O terceiro parte de uma discussão sócio-histórica da disciplina, baseada na psicologia de Vygotsky. O quarto envolve as abordagens desenvolvidas a partir do referencial psicanalítico. E, no último, é possível observar a influência do pensamento pós-estruturalista.

Tendo o cuidado de não desconsiderar as diferenças de abordagens ou de tratamento teórico dado ao objeto numa mesma vertente, o objetivo de categorizar as produções segundo as suas similaridades é o de compreender os vários dimensionamentos conceptuais dados à discussão da indisciplina na escola.

Nos estudos subsidiados pelas teorias psicogenéticas de Piaget e Kohlberg, primeiro momento assinalado, o aspecto da disciplina é focalizado dentro da perspectiva do desenvolvimento moral. Os parâmetros da ação do educador e dos processos de regulação da conduta são definidos na caracterização dos estágios de heteronomia e autonomia, que implicam diferentes relações da criança com a autoridade e com as noções das regras morais.

Para a teoria psicogenética, a construção da autonomia representa um princípio fundamental, que deve nortear todo o processo educativo, desde o primeiro contato da criança com a escola e o saber. A perspectiva do paralelismo moral e a visão do desenvolvimento das estruturas cognitivas a partir da atividade espontânea do sujeito levam à hipótese de que o julgamento moral também decorre de processos de interação e de cooperatividade entre crianças. As relações espontâneas fornecem a base sobre a qual a criança deve construir as noções de regras, respeito mútuo e justiça e, portanto, sua autonomia moral.

As pedagogias pautadas numa leitura socialista citados nos estudos de Franco (1989), Vasconcelos (1998) e Souza (1999) da educação questionam as abordagens autoritárias, que contribuem para a formação de uma classe trabalhadora submissa e subserviente, assim como o espontaneísmo pedagógico, entendido como resultado da apropriação das teorias psicogenéticas e escolanovistas por parte da escola comprometida com a ideologia excludente. De modo geral, essas abordagens demonstram como as pedagogias ativas, ao criticarem o autoritarismo, subvertem o princípio da autoridade e instituem práticas escolares descomprometidas com a educação sólida das novas gerações e, em especial, das classes populares.

A possibilidade de uma educação mais próxima da perspectiva da crítica social encontra referência para a organização do processo educativo nas contribuições da psicologia sócio-histórica de Vygotsky. A psicologia sócio-histórica considera que o processo de desenvolvimento psíquico, mediado pelos elementos da cultura e por outros sujeitos, constitui-se a partir da apropriação dos modos de funcionamento psicológico e de

comportamentos socialmente determinados. Assim, aos poucos, as relações e as formas de controle interpessoais dão origem às ações voluntárias, autônomas e independentes que indicam uma regulação interna, intrapsicológica. A autonomia, portanto, se estrutura em função da formação de conceitos e valores internalizados da cultura, sendo produto da ação educativa entre sujeitos e entre gerações.

2.2. Causas que Levam à Indisciplina

Não é fácil fazer o inventário das causas da indisciplina nas escolas. A educação familiar, escolar e social tem um papel preponderante na formação do comportamento dos sujeitos que vivem numa sociedade letrada como a nossa, em que somos desafiados a entender as bases de concepções científicas e a tomada de consciência do patrimônio social adquirido.

A indisciplina do aluno na escola é resultante dos elementos psíquicos inseridos no ego; é caracterizada pela personalidade e alimentada pelas experiências na família, nas relações sociais e no contexto histórico de suas vidas.

Podemos inferir, com base nos estudos de vários autores, que os pais e professores precisam explicar as normas e regras aos seus filhos e alunos. Pois o que ocorre é que muitos pais e professores são autoritários, bastante rígidos, controladores, exigentes, primitivos, valorizam enormemente as regras e as normas às crianças e adolescentes.

Portanto, a família, a escola e a sociedade devem andar juntas na educação do ser social. Não se pode negar a importância que cada uma destas instituições Da mesma forma que não se pode negar a influencia que exerce para a deseducação, quando não cumpre a parte que lhe cabe no processo.

Embora a escola seja um espaço onde os alunos passam grande parte do seu tempo, nem sempre nela chegaram a perceber quais são os seus valores, regras de funcionamento, entre outros.

Conforme esclarece Sampaio (1996: p.28)

A organização pedagógica da escola é a base essencial para prevenir problemas de indisciplina e de absentismo. Se a escola não é capaz de refletir sobre a forma como funciona, não pode gerar um clima propício a um bom trabalho escolar. A noção de clima escolar está relacionada como uma espécie de personalidade, de 'maneira de ser' que é característica do estabelecimento, determinada por uma série de variáveis, entre as quais a estrutura, o processo organizacional e os comportamentos individuais e de grupo.

Na verdade as escolas estão mal preparadas para enfrentarem a complexidade dos problemas atuais, nomeadamente os que se prendem com a gestão das tensões internas. A crescente participação de alunos, pais, entidades públicas e privadas nas decisões tomadas nas escolas tornou-se uma fonte de conflitos, que acabam por gerar climas propícios à irrupção de fenômenos de indisciplina.

É preciso refletir sobre a indisciplina na escola e partindo do princípio de que muito do que com ele é relacionado se deve, primeiras, as más condições da própria escola, e depois, na esfera específica de cada professor, a intervenções inadequadas no campo pedagógico – didático – vale destacar alguns meios para lhe fazer frente, como a preocupação com as características específicas dos alunos, com a individualização do ensino, com a resposta a interesses e necessidades evidenciados.

Segundo Antunes (2002: p.37)

Constitui assim alicerce básico na qual a estrutura disciplinar de uma classe se apóia no respeito que o professor desperta em seus alunos pelo conhecimento que tem, pela paixão com que o transmite pela organização de seu plano de aula, pela coerência incontestável de suas perguntas, pela agilidade dos jogos operatórios que aplica, enfim, pelo extraordinário profissional que é.

Um dos obstáculos mais freqüentes na hora de usar o mau comportamento a favor da aprendizagem é uma atividade comum a muitos professores: encerrar a indisciplina como agressão pessoal. Não podemos nos colocar na mesma posição do Jovem, adverte Aquino (1996 p.96). Quando a desordem se instala, diz ela, é fundamental agir com firmeza, como agir com os envolvidos e aplicar sanções relacionadas ao ato em questão.

O professor precisa desempenhar seu papel o que inclui disposição para dialogar sobre objetivos e limitações e para mostrar ao aluno o que a escola (e a sociedade) esperam dele. Só quem tem certeza da importância do que está ensinando e domina várias metodologias consegue desatar esses nós.

A maioria de problemas de conduta, de caráter, de personalidade, de valores negativos demonstrados onde quer que seja, tem sua causa em algum momento da formação do ser humano.

Este modelo de sociedade globalizada, forçada por circunstâncias do modelo de mercado que predomina mundialmente, que é o capitalismo mundial. Este capitalismo em algum país do mundo ele é mais ou menos selvagem, mas é selvagem de alguma forma, pois

ele, de uma forma ou de outra gera exclusão social. Gera desigualdades, pobreza e miséria das mais diversas formas. Faz isso quando concentra renda, quando divide a sociedade em classes a dos de quem têm muito ou tudo e, a os de quem têm pouco e a dos que não tem nada, nem o básico para viver dignamente. Um modelo de sociedade que a pessoa passa a valer pelo que tem. Se tiver muito vale muito, se não tem nada, nada vale. Esta concepção é absorvida pelas crianças facilmente. É uma sociedade que valoriza mais o ter do que o ser. E quem não tem nem o básico para sua sobrevivência pode desenvolver muitos problemas de personalidade e caráter.

A grande preocupação dos educadores é que as crianças que chegam às escolas públicas, fruto dessa sociedade excludente e desigual, aprendam e saibam conviver respeitando a todos de forma igualitária. Uma preocupação dos docentes e gestores é também saber lidar com os problemas gerados pela situação social em que esses discentes foram gerados e inicialmente educados, já portando problemas de conduta, de valores invertidos e comprometidos que a escola vai ter que conviver e reeducar.

Os problemas no campo social são tantos que não se pode imaginar, pois muitos teóricos, principalmente os ambientalistas defendem que a criança sofre uma influência significativa do "meio" em seu processo de formação humana. Se a criança vive em um meio onde impera a violência, que é um dos tipos de indisciplina, ela gera os tipos de violência que ela convive como natural, e a tendência é se comportar como tem percebido que os coleguinhas se comportam e levam vantagem em relação aos colegas e aos pais. Isto ocorre porque estas crianças começam a quebrar regras, limites e normas e findam levando alguma vantagem com estes comportamentos. Situações desta natureza são comuns porque os pais vão se cansando, tem que trabalhar. Ausentam-se muito e a convivência destas crianças com quem não tem limites é assimilar as vantagens deste tipo de comportamento e, nenhum momento refletir sobre as desvantagens. Se as regras não forem claras e as sanções não forem praticadas de forma que as crianças desenvolvam uma concepção sadia de limites, percebam as desvantagens de seus comportamentos, a tendência é perder-se.

Pode-se ver afirmação desta natureza em Vygotsky apud Thomas apud Schut, pois, de acordo com ele, todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade (Luria, 1976). Portanto, as habilidades cognitivas e as formas de estruturar o pensamento do indivíduo não são determinadas por fatores congênitos. São isto

sim, resultado das atividades praticadas de acordo com os hábitos sociais da cultura em que o indivíduo se desenvolve. (Murray Thomas, 1993 p 72).

Apesar dos inatistas defenderem que os comportamentos humanos são heranças genéticas os ambientalistas devem ter muitas razões quando fazem tais afirmações. Porque a influência que o ser humano recebe do meio ambiente em que está inserido é muito forte, principalmente quando se trata de uma criança, um ser humano em processo de desenvolvimento em todos os aspectos em que o ser humano pode se desenvolver.

Todas as demais causas que se possa enumerar que podem gerar indisciplina e violência estarão de alguma forma, ligadas a problemas econômicos, sociais e/ou culturais.

No caso da indisciplina que se manifesta dentro da escola, esta se manifesta com mais frequência porque os fatores podem estar ligados à conduta do aluno ou muitos motivos para ela se manifestar já estão dentro da escola também. A violência vem para a escola trazida pelo aluno de alguma forma. Ou ele já é portador de atitudes violentas, ou já conviveu com situações lá fora, com envolvimento em qualquer tipo de confusão que os envolvidos vêm até ele para resolver problemas entre eles criados e, a escola finda sendo atingida e é quem tem que resolver as situações que a envolve.

Uma das grandes causas é a grande falta de bons exemplos na mídia de forma geral e o excesso de maus exemplos que as crianças têm assistido nos programas de TV e em seu cotidiano. Uma sociedade onde quem rouba uma galinha ou uma lata de leite, o que de qualquer forma é roubo, tem que ser punido com os rigores da lei, mas, quem rouba milhões é apenas corrupto, com direito a um montante significativo de privilégios, podemos cobrar o que das crianças entre o que é certo e o que é errado. Esse tipo de influência negativa pode ser absorvido facilmente pelas crianças, pois tudo que se ver intensivamente passa a ser visto como natural e isto é perigoso e, de uma forma ou de outra vai se manifestar na escola enquanto estudante não se sabe, mas, se podem imaginar as consequências disso no futuro. (WATERS, p. 89) ressalta bem esta questão: A maioria das crianças nos dias atuais passa mais tempo assistindo televisão do que em outra atividade, por isso, a maioria destas crianças se comporta de maneira agressiva, mostrada na televisão. Uma sociedade onde as instituições que tem a incumbência de zelar pelos direitos de seus cidadãos e fazer cumprir as leis estão se desmoronando pode cobrar que tipo de comportamento dos cidadãos. A sociedade brasileira assiste constantemente ações da Polícia Federal gastando milhões para investigar crimes contra o Tesouro Nacional e prendendo os criminosos e o poder judiciário,

e logo depois as dos detentos deixando a sociedade perplexa e insegura em relação à garantia dos seus direitos.

Mediante este panorama de corrupção com o qual nos deparamos como fica a mentalidade e a concepção das crianças entre o que é certo e o que é errado, entre o que pode e o que não pode? Tudo vai depender muito do tipo de família e do tipo de escola que estas crianças estiverem sendo criadas e educadas. Mesmo assim, o processo de formação de caráter, de personalidade e de conduta das crianças como um todo, desde quando elas tiverem tido alguma influência, neste sentido, ficará bastante comprometido.

A maioria dos problemas sociais que geram a violência e a indisciplina na sociedade como um todo, tem como causa a corrupção que tem sido mostrada a toda hora, em todos os jornais de qualquer horário e as crianças assistem e passam a ver como normal, porque nada ou quase nada acontece com quem detém poder e dinheiro de forma ilegal. Quem ressalta muito bem esta questão é Nogueira, ao afirmar que: Eles fazem de conta que não compreendem que a subtração de dinheiro público causa mortes, pobreza e exclusão social. (2008, p. A / 2).

Tudo terá que ser feito em dobro no sentido positivo. Uma inversão total dos valores negativos que estas crianças já têm para a construção e desenvolvimento de valores positivos e ideais para que se possam formar boas crianças para cuidar deste país, futuramente. Só assim, se poderá ter uma sociedade melhor, mais humana, mais solidária, mais justa e, acima de tudo, mais igualitária.

Muitos pais não impõem limites aos seus filhos, não corrigem, não estabelecem normas de convivência, não apresentam padrões de conduta necessários para se viver bem em sociedade. Segundo Rebelo, sem saber como lidar com os filhos, os pais acabam não colocando limites para que os filhos respeitem colegas, professores funcionários. (2002 p. 69).

Alguns pais por medo de magoar seus filhos voltam atrás nas decisões tomadas anteriormente, e assim vão perdendo a credibilidade, outros não podem exigir comportamentos morais que eles mesmos não possuem, então muitas crianças e adolescentes crescem sem ter referências éticas na família, sem ter uma figura de autoridade em casa que lhes imponha os limites necessários para vivermos de forma coerente, ou pelo menos aceitável na sociedade da qual fazemos parte. Este pode ser um dos motivos responsáveis pela indisciplina na sala de aula: o desconhecimento de limites, de valores éticos, de comportamentos morais, assim como, de

regras de convivência, necessárias para o bom funcionamento social, por parte de adolescentes que não possuem essas referências em casa. De acordo com a tese de que o comportamento é aprendido, podemos dizer que a família tem responsabilidade também com a indisciplina, (REBELLO, 2002 p. 69).

Os pais e professores precisam explicar as normas e regras aos seus filhos e alunos, pois ocorre que muitos pais e professores são autoritários, rígidos, controladores, exigentes, primitivos, valorizam enormemente as regras e as normas às crianças e adolescentes.

As causas familiares da indisciplina estão na cabeça dos alunos, pois eles trazem para o convívio da escola. É aí que eles adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas aulas. A pobreza, a violência doméstica e o alcoolismo foram apontados como as principais causas que minavam o ambiente familiar. Hoje se aponta também à desagregação dos casais, droga, ausência de valores, permissividade, demissão dos pais da educação dos filhos, entre outros. Quase sempre os alunos com maiores problemas de indisciplina provêm de famílias onde estes existem, ou seja, a indisciplina.

A novidade está, contudo na participação direta dos pais na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos próprios filhos, muitos pais direcionam aos professores a acusação de não os saberem “domesticar”. Frequentemente os pais estimulam e legitimam a indisciplina do filho nas escolas. Alguns vão mais longe e agridem professores e funcionários dando maus exemplos a seus filhos.

Os membros da família exercem forte influência no comportamento dos indivíduos em fase de amadurecimento emocional. Até hoje a família transmite, avalia e interpreta a cultura para a criança. Diante disso, a família não transmite todos os valores sociais, pois a formação de um jovem é fortemente influenciada pela estrutura das escolas e por uma sociedade conflituosa, instável, atingida por constantes mudanças. A falta de estabilidade econômica desestrutura psicologicamente seus membros. A figura do pai, associada ao poder de sustento do lar, deixa de existir à medida que a crise econômica reduz os salários, condicionando famílias a uma total mudança de comportamentos devido à redução do padrão de vida. Para Aquino (1996, p. 98), é impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a educação familiar tem do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito. Para resguardar a efetividade de sua função educativa, a estrutura familiar precisa adaptar-se às circunstâncias novas e

transformar determinadas normas, sem deixar, no entanto, de constituir um modelo de referência para os seus membros.

2.3. A Escola frente à indisciplina

O sistema educacional brasileiro está muito longe do ideal. Mais isso não é motivo para o professor se acomodar, porque o mundo de hoje está sofrendo inúmeras transformações e não é mais possível para um pai ou um professor prever em que mundo nossos jovens irão viver, para prepará-los para ele. O professor tem que aceitar o aluno que tem depois se sentir aceito haverá possivelmente uma melhor interação e depois a mudança. Este trabalho inicia-se com a conscientização dos pais, com a formação mais geral do aluno com as contradições dos pais, com as contradições da escola e com a influência da sociedade.

A exemplo de nossa Constituição Federal promulgada em 1988 entendemos que, também a nível escolar, é necessário estabelecer alguns princípios que deverão ajudar a construir a vida escolar, desde a sua dimensão pedagógica até as questões de convívio social.

È notório que a escola e a gestão escolar estejam passando por momentos de extrema dificuldade para lidar com este tipo de problema.

Os fatores anteriormente citados, desde a influência da mídia, os fatores socioeconômicos, culturais e ambientais exercem uma influencia muito grande na formação geral das crianças e jovens em seu processo de formação da personalidade e do caráter. Como estes jovens irão chegar à escola trazendo consigo uma grande carga destas influencia, a escola passa a ter uma grande dificuldade para lidar com todos os problemas que eles trazem e que todo ano letivo a escola tem que começar todo trabalho que já vinha fazendo com os que já conhecem e que já foram diagnosticados com os principais problemas que eles trazem. Isto ocorre porque a escola, apesar de viver em um contexto de exclusão e competição social, não pode reforçar nada disso, e deve tratar e educar todos iguais e, isto não é nada fácil.

Os alunos que chegam à escola são de origens das mais diversas. Os profissionais, da maioria das escolas públicas tem que lidar com uma composição extremamente heterogênea, pois, recebe alunos de todos os níveis e classes sociais, econômicos e culturais e, isto torna o trabalho dos professores e do gestor um tanto complicado, por isso, pode se afirmar que as escolas públicas, em sua maioria, não estão preparadas para lidar com os problemas de indisciplina na escola, pois não buscam alternativas para lidar com estas situações.

Pelo fato, da escola não está preparada para lidar com este tipo de problema corre o risco de, também cometer alguma injustiça ou praticar algum tipo de violência ou discriminação contra os seus alunos, pois, não existe um manual para se tratar da indisciplina, o que existe são práticas mais cabíveis, mais aconselháveis para determinados casos e, a escola, a partir de discussões que envolvam todos os seus setores e dimensões pode e deve buscar algumas soluções mais viáveis para cada caso. Recomenda-se para este caso a implantação, da forma mais coerente e democrática possível, dos conselhos escolares, pois estes terão a incumbência de tratar de problemas também desta natureza. Isto pode ocorrer quando a escola começar a tratar qualquer ato dos alunos como indisciplina. Ato como o aluno cobrar o direito de tirar suas dúvidas e não ser compreendido por alguns professores e ser tratado como indisciplinado, impedindo-os de pensar e questionar. Isto também é violência. Para que isto não ocorra (MIZUKAMI, 1996, p. 77) nos recomenda: Caberá aos professores criarem situações propiciando condições onde o aluno possa estabelecer reciprocidade intelectual e cooperação ao mesmo tempo moral e racional (...) o aluno deve ser tratado de acordo com as características estruturais próprias de sua fase evolutiva e o ensino precisa consequentemente, ser adaptado ao desenvolvimento mental e social.

Assim agindo, a escola poderá está evitando que alguns direitos dos alunos sejam desrespeitados, ficando assim mais fácil garantir os direitos deles para que os deveres possam ser cumpridos com mais coerência, respeito e responsabilidade. Aspectos que estão entre muitos dos deveres e papéis da escola no processo de formação de seu alunado, mesmo em um momento social bastante conturbado com um excesso de maus exemplos para as crianças e jovens.

Essa mediação exige do professor uma atitude de compromisso com a sua turma e principalmente respeito às diferenças para um diálogo aberto e afetuoso. A família tem muito a contribuir neste sentido porque a indisciplina ultrapassa o espaço da sala de aula e os pais podem ajudar a impor limites. Sabe-se que o sujeito não se forma sozinho, ele precisa da interação com o outro e o professor pode resgatar o seu papel dentro dessa nova concepção de educação e ter firmeza na sua postura em relação à disciplina, mas com cuidado para não confundir disciplina com dominação. O professor deve está consciente que a sua autoridade será legítima pela classe, que deverá reconhecer que está sendo utilizado para o bem deles superando o autoritarismo da silenciação. Portanto o professor não precisa se esforçar apenas com o falar claro, mas principalmente com o escutar claro, quantas crianças deixam de expressar suas ideias intimidadas pelo professor, mas o aluno pode aprender por prazer se o

mestre preparar com cuidado o modo de transmitir os conteúdos, o cuidado do professor com o preparo de suas aulas é igual ao de um bom cozinheiro o professor deve ter muita criatividade para tornar sua aula apetitosa. Os temperos são: alegria bom humor, respeito humano e disciplina.

O professor tem um papel muito importante como fonte emissora de informações que os alunos vão transformar em conhecimento, e o professor, precisa estabelecer limite entre o adequado e o inadequado saber ouvir e exigir quando preciso. Diante dessas reflexões torna-se claro a necessidade de uma nova concepção de prática docente baseada na reflexão crítica do professor. Refletir criticamente significa participar de uma atividade social e tomar uma postura ante o problema, explorar a natureza social e histórica, e de nossa relação com os envolvidos no processo educacional e da relação entre nosso pensamento e nossa ação educativa.

Que impera ainda nas escolas, reduzindo o convívio a uma pedagogia prescritiva. Que padroniza o fazer e o não fazer. O certo e o errado estão definidos previamente, ou seja, o contrato didático. Diferente disto, a norma, enquanto expressão de uma vontade geral, com o propósito de renunciar a alguma coisa (aquilo que a norma proíbe), abre um leque de possibilidades. A avidez da regra contextualizada não apenas tem como preocupação à prescrição prática de atos concretos. A norma se fundamenta na renúncia que a instaura. A norma não pretende gerar um indivíduo perfeito, virtuoso, ideal. A norma confia na criatividade humana e, ao renunciar a algumas coisas para todos, permite a construção de trajetórias diferenciadas com vistas a consolidar todos os possíveis. O sistema normativo em geral fundamenta-se numa concepção ilusionista, preocupada em gerar uma sociedade perfeita, asséptica e idealizada.

2.4. Perspectivas de Soluções

A qualidade de uma instituição escolar depende, em grande parte do modo pelo qual ela enfoca o processo de condução das atividades que se desenvolvem nas salas de aulas, pois, ali não só é o lugar onde se realiza o processo de ensino aprendizagem, como também, o lugar que traz sempre o momento oportuno para se desenvolver e promover os valores humanos nos alunos. Essa qualidade depende, sobretudo também da capacidade dos professores estimularem o esforço dos alunos.

Consideramos que uma escola preocupada com a formação dos alunos tanto com somente em “ensiná-los é aquela que considera a disciplina como o domínio de si mesmo para

ajustar a conduta às exigências do trabalho e de convivências próprias da vida escolar, não como um sistema de castigos ou sanções que são aplicadas a alunos que alteram o desenvolvimento normal das atividades escolares com uma conduta negativa”.

A disciplina é um hábito interno que facilita a cada pessoa o cumprimento de suas obrigações, é um autodomínio, é a capacidade de utilizar a liberdade pessoal, isto é a possibilidade de atuar livremente superando os condicionamentos internos ou externos que se apresentam na vida cotidiana.

Não pode, pois, haver controle disciplinar sem regras. Mas que espécie de Regras pode existir numa escola? Quem as elabora? Como podem ser atualizadas e postas em práticas?

Não pode haver ilusão e se achar que é uma tarefa fácil. A disciplina não está pronta, é uma construção coletiva. Trata-se de uma luta; os que querem uma Sociedade diferente colocam-se na contra corrente da ideologia e sistema dominantes. A grande diferença é que este é um trabalho efetivamente humanizado. Vai ser preciso interagir com os alunos, lutar com sua alienação ao mesmo tempo em que luta com a própria – com as forças desumanas que permite aos educadores forjarem uma ‘vontade coletiva’, um firme ‘desejo’ e um inarredável compromisso político com a aprendizagem sólida e duradoura do aluno “(Aquino 1996; p 35)”.

A participação da comunidade na escola ganha sentido, assim, na forma de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, em suma, de participação na vida da escola. Levar o aluno a querer aprender implica um acordo tanto com educandos, fazendo-os sujeitos, quanto com seus pais, trazendo-os para o convívio da escola, mostrando-lhes que é importante sua participação e fazendo uma escola pública de acordo com seus interesses de cidadãos. (PARO, 1997 p.23).

Há necessidade da participação, do envolvimento de todos no enfrentamento do problema, é preciso organizar o próprio sistema de disciplina, envolvendo os pais e os alunos porque não adianta a escola desenvolver, tem que ser construída por todos os elementos envolvidos, senão não vai ter frutos positivos.

2.5. Propostas Pedagógicas

A ação das escolas frente aos problemas de indisciplina, tem se reunido basicamente em dar advertências orais e escritas aos alunos, chamar os pais ou encaminhá-los ao psicólogo

à orientação; suspensão temporária das aulas, devendo o aluno permanecer na escola e, em último caso a transferência para outro estabelecimento de ensino, em caso de absoluta incompatibilidade com o regime disciplinar da escola.

Os professores, muitas vezes, entram em choque direto com os alunos e se impõem, de forma ditatorial. Nunca é demais lembrar que autoridade e autoritarismo são conceitos muito distintos.

Os seres humanos são diferentes uns dos outros e muito complexos. Há alunos que são agitados e inconvenientes para uns professores e apresentam-se de forma bastante distinta em outras aulas. Resta-nos avaliar se o fator que faz com que a falta de atenção e o comportamento inadequado do aluno não provêm do próprio comportamento do professor. Cabe à comunidade escolar orientar os alunos para entenderem desde a infância a abrir mão, em alguns momentos, da realização direta de seus desejos, para que possam estar em grupo e viverem numa comunidade no caso dos alunos nas salas de aula.

Uma alternativa para minimizar a indisciplina seria construir junto com os alunos as normas de comportamento que propiciem lidar com os conflitos e transgressões, transformando essas vivências em aprendizagens, através do processo de elaboração. Elaborar uma vivência implica levantar todos os dados possíveis da situação é como se circulássemos em torno de um objeto, olhando-o a partir de diversos pontos de vista para construir uma representação mais completa possível dos fatos. Comparando-se com o ensino e aprendizagem de qualquer conteúdo, estaríamos na fase de levantar os conhecimentos prévios. A partir desse conhecimento objetivo, podemos então buscar as relações subjetivas: para quê, porque, como, a fim de que os alunos possam ter maior clareza de seu comportamento e o dos outros, das modalidades de relacionamento, das noções de hierarquia, de autoridade, de afeto e cumplicidade envolvidos. Vão percebendo as vantagens e desvantagens para si e para os outros de agir de uma determinada, maneira, fase do estabelecimento de relações entre os vários elementos, fatos, conceitos, procedimentos, valores e do levantamento de hipóteses. A partir desse ponto, pode-se começar a definição dos procedimentos e sua testagem na prática momento de experimentar, corrigir rumos, chegar a conclusões e, talvez, sistematizar e fixar.

E ainda na proposta pedagógica há que se trabalhar visando não mais um tipo ideal de homem, mas trabalhar tendo em vista o sentido da vida humana. (Medina, 204 p.27)

3 - GESTÃO DEMOCRÁTICA ESCOLAR: UMA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A gestão escolar, numa perspectiva democrática, tem características e exigências próprias. Para efetivá-la, devemos observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas. Para isto, torna-se necessário solicitar atividades e exercer funções que requeiram a presença e o fortalecimento da atuação das pessoas no interior das escolas. No entanto, o modo democrático de gestão envolve o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados, etc. Trata - se, portanto, de fortalecer procedimentos de participação das comunidades escolar e local no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades.

O gestor escolar deve atuar como líder, ou seja, formar pessoas que o acompanhem em suas tarefas e prepará-las para serem abertas às transformações. Nesse sentido, necessita ter motivação, responsabilidade, dinamismo, criatividade e capacidade de atender às necessidades mais urgentes. Isso requer um constante aprendizado, para atualizar-se e conhecer as mais recentes contribuições dos educadores sobre os processos de capacitação de lideranças educacionais. Sendo assim, os gestores devem conscientizar-se de que seu papel na escola de hoje é muito mais de um líder que de um burocrata. Espera-se dele que assuma a direção como um membro ativo da comunidade escolar. (SANTOS, 2002, p. 16). É dessa forma que a escola deve ser administrada, uma vez que a mesma tem que acompanhar a evolução da sociedade global, pois as escolas atuais necessitam de líderes capazes de trabalhar e facilitar a resolução de problemas em grupo, capazes de trabalhar junto com professores e colegas, ajudando-os a identificar suas necessidades de capacitação e a adquirir as habilidades necessárias (LUCK et al., 2002, p. 34).

É um grande desafio para o gestor escolar atuar como líder e desenvolver formas de organização inovadoras, empreendedoras e participativas, mas isto é indispensável. Algumas das importantes e atuais funções do gestor escolar são prever e se antecipar às mudanças, assim, o gestor deve saber ir além e intuir as mudanças, aprender a pesquisar, avaliar e enfrentar os novos desafios. Sendo assim, o gestor para liderar as mudanças e implantá-las deve ter a consciência da existência de riscos para que assim possa evitar possíveis erros, por meio de um planejamento bem elaborado e participativo. No entanto, os erros e acertos do passado podem ser fundamentais para direcionar as decisões futuras. Segundo Luck et al. (2002, p. 35) liderança é a dedicação, a visão, os valores e a integridade que inspira os outros

a trabalharem conjuntamente para atingir metas coletivas. A liderança eficaz é identificada como a capacidade de influenciar positivamente os grupos e de inspirá-los a se unirem em ações comuns coordenadas. Deste modo, é importante que a liderança do gestor seja participativa, para que todos compartilhem a gestão da escola.

Nas escolas e nos sistemas de ensino, a gestão democrática tem por objetivo envolver todos os segmentos interessados na construção de propostas coletivas de educação. Nessa ótica, os processos de gestão da escola vão além da gestão administrativa, eles envolvem ações que procuram estimular a participação de diferentes pessoas e articular aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos para atingir um objetivo específico promover uma educação de qualidade que abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, art. 1º).

Essa concepção de educação como formação humana, contida no texto da LDB, é a que queremos colocar em prática em nossas escolas. Mas, como fazer isso?

Atuei na gestão escolar em duas escolas no município de Campina Grande por mais de quinze anos onde vivenciei varias situações relacionadas a indisciplina. Vamos examinar um exemplo que poderá contribuir para nossa reflexão. Em uma Escola, a indisciplina estava interferindo no processo de aprendizagem dos alunos, e o rendimento geral estava abaixo do esperado. O diretor da escola, pautado pelos princípios da gestão democrática, convidou a comunidade escolar (professores, demais funcionários, alunos e pais de alunos) para uma confraternização em uma tarde de sábado. Após um lanche, pediu um pouco de atenção e disse que queria saber dos presentes, entre outras coisas, o que eles entendiam por escola, por que eles a procuravam e qual o papel da instituição na vida de todos. Surgiram as respostas mais variadas. No entanto, uma em especial chamou a atenção do diretor e serviu como base para começar um trabalho que mudaria a vida da escola. Um aluno levantou-se, olhou para todos e disse. “A escola, para mim, é um lugar onde as pessoas procuram coisas melhores do que aquelas que elas têm fora dali, ou onde pelo menos os problemas que elas têm dentro delas sejam solucionados de forma diferente de como são em casa ou na rua, já que tem muita gente querendo as mesmas coisas que elas sempre dizem que são boas. Por isso, quando vim para a escola, tinha a certeza de que só encontraria coisas legais, que eu iria sair mais esperto e aprender um montão de coisas novas, porque acho que ela tem que ensinar coisas que a gente não sabe. Mas eu vejo que quando acontece um problema na escola, a forma que as

peças encontram para resolver é idêntico em todos os lugares. Agem da mesma forma, e aí eu não sei mais qual é a diferença entre a escola e os outros lugares, pois as pessoas que fazem parte da escola deveriam solucionar os problemas de forma diferente buscando soluções”.

A democracia supõe, além da livre escolha dos governantes, das decisões por maiorias, a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam de modo diferente e querem coisas distintas, ou seja, o reconhecimento da diversidade social e a superação das desigualdades sociais. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo, para a construção de propósitos comuns. Na escola não é diferente. Nela encontramos também diversos modos de ser de pensar e o conflito de interesses. Uma gestão democrática e participativa do ensino público busca, pelo diálogo e pela mobilização das pessoas, a criação de um projeto pedagógico, com base na participação e nos princípios de convivência democrática.

Muitas são as concepções sobre as relações entre gestão e democracia, mas a idéia da gestão escolar democrática está vinculada à compreensão da escola como uma instituição social capaz de contribuir para a formação de cidadãos. Função política e social que as escolas buscam cumprir nas sociedades democráticas. Inicialmente, definimos gestão democrática como um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades escolar e local. Vamos examinar melhor essa questão, porque tanto a Constituição Federal brasileira quanto a LDB estabelecem a gestão democrática como o modo próprio de gerir as escolas públicas e os sistemas de ensino. A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, estabeleceu o princípio de gestão democrática do ensino público como diretriz a ser observada por todas as escolas. Ao estabelecer a gestão democrática do ensino, o texto constitucional instituiu, ao mesmo tempo, o direito e o dever de participar de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas.

Como vemos, a Constituição Federal estabeleceu a gestão democrática do ensino público como um entre os sete princípios necessários para se ministrar o ensino em nosso país e, por extensão, para gerir as escolas públicas. Igualdade, liberdade, pluralismo, gratuidade, valorização dos profissionais de ensino e garantia de padrão de qualidade são os outros seis princípios que, articulados à gestão democrática como modo de administrar as escolas, apontam para a possibilidade de todas as pessoas, independente de sua situação social, econômica e cultural intervir e participar ativamente na construção de políticas educacionais e

na gestão das escolas. A forma como estes princípios deverão tornar-se realidade foi regulamentada pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96)

A democracia requer sempre novas ações. Constitui uma meta em construção. Ela envolve diversidade de ações que asseguram direitos, estabelece deveres, indaga sobre como ocorre a participação dos envolvidos.

Na sociedade e nas escolas, ao participarmos dos processos de planejamento e de tomada de decisões, exercemos o direito e o dever de cidadãos, construímos e ocupamos espaços de cidadania. As nossas iniciativas de participação transformam ou reproduzem a realidade que nos cerca e, ao mesmo tempo, nos ajudam a desenvolver novas capacidades e habilidades para a construção da democracia ou para reforçar formas autoritárias de exclusão. Os sete princípios estabelecidos no artigo 206 da Constituição Federal dependem de nossas ações cotidianas para se tornarem realidade.

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI – gestão democrática do ensino público na forma da lei;

VII – garantia de padrão de qualidade (Art. 206, CF)

A gestão democrática dos sistemas de ensino e das escolas públicas requer a participação coletiva das comunidades escolar e local na administração dos recursos educacionais financeiros, de pessoal, de patrimônio, na construção e na implementação dos projetos educacionais. Mas para promover a participação e deste modo implementar a gestão democrática da escola, procedimentos prévios podem ser observados: Gestão democrática implica compartilhar o poder, descentralizando-o. Como fazer isso? Incentivando a participação e respeitando as pessoas e suas opiniões; desenvolvendo um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local; ajudando a desenvolver competências básicas necessárias à participação (por exemplo, saber ouvir, saber comunicar suas idéias). A participação proporciona mudanças significativas na vida das pessoas, na medida em que elas passam a se interessar e se sentir responsáveis por tudo que representa

interesse comum. Assumir responsabilidades, escolher e inventar novas formas de relações coletivas faz parte do processo de participação e trazem possibilidades de mudanças que atendam a interesses mais coletivos.

A participação social começa no interior da escola, por meio da criação de espaços nos quais professores, funcionários, alunos, pais de alunos etc. possam discutir criticamente o cotidiano escolar. Nesse sentido, a função da escola é formar indivíduos críticos, criativos e participativos, com condições de participar criticamente do mundo do trabalho e de lutar pela democratização da educação. A escola, no desempenho dessa função, precisa ter clareza de que o processo de formação para uma vida cidadã e, portanto, de gestão democrática passa pela construção de mecanismos de participação da comunidade escolar, como: Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Grêmios Estudantil, Conselhos de Classes, Conselho Tutelar e Ministério Público entre outros.

Para que a tomada de decisão seja partilhada e coletiva, é necessária a efetivação de vários mecanismos de participação, tais como: o aprimoramento dos processos de escolha ao cargo de dirigente escolar; a criação e a consolidação de órgãos colegiados na escola (conselhos escolares e conselho de classe); o fortalecimento da participação estudantil por meio da criação e da consolidação de grêmios estudantis; a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico da escola a redefinição das tarefas e funções da associação de pais e mestres, na perspectiva de construção de novas maneiras de se partilhar o poder e a decisão nas instituições.

O processo de participação na escola produz, também, efeitos culturais importantes. Ele ajuda a comunidade a reconhecer o patrimônio das instituições educativas – escolas, bibliotecas, equipamentos – como um bem público comum, que é a expressão de um valor reconhecido por todos, o qual oferece vantagens e benefícios coletivos. Sua utilização por algumas pessoas não exclui o uso pelas demais. É um bem de todos e todos podem e devem zelar pelo seu uso e sua adequada conservação.

O gestor indica que possui uma concepção ampla de gestão e participação na medida em que entende que as questões pedagógicas, financeiras, administrativas e de organização e conservação da unidade escolar devem envolver o maior número de agentes possível. Muitas ações são compartilhadas por pessoas que atuam em cargos e funções diferentes. A legislação educacional brasileira assegura o direito e o dever de participarem no desenvolvimento dessas atividades. Criar condições para o debate e o aprendizado mútuo dessas pessoas fortalece o sentimento de grupo, de integração e aprendizado da vivência democrática.

As equipes gestoras precisam articular-se com pais, alunos, professores e uma série de órgãos e instituições responsáveis pelos múltiplos aspectos envolvidos no desenvolvimento da educação básica, tais como o conselho escolar ou colegiado, a associação de pais e mestres e o grêmio estudantil. O acompanhamento e a fiscalização dos recursos públicos aplicados na educação é responsabilidade de todos os cidadãos. Como cidadãos e gestores responsáveis, precisamos estar informados sobre quando e como esses recursos estão disponíveis e chegam à nossa cidade e/ou escola. Participar das decisões sobre como, quando e em que eles podem ser gastos e zelar pela sua boa aplicação é tarefa de todos direta ou indiretamente envolvidos com a escola.

Compartilhar responsabilidades de forma democrática, para garantir bons resultados realmente, não é uma tarefa fácil. A discussão coletiva, a decisão de participar, a definição de metas e ações, o acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade são passos importantes para a definição de responsabilidades e competências. Mas existem formas mais cooperativas de realizarmos essas atividades. Trata-se da participação em órgãos colegiados.

Nas últimas décadas instituições e órgãos participativos se multiplicaram pelo Brasil. São os chamados conselhos de políticas ou órgãos colegiados. A LDB especifica a existência de órgãos normativos dos sistemas de ensino (Art. 60) e de órgãos fiscalizadores (Art. 73). A competência e composição são definidas em legislação específica e elas normatizam a participação de forma diferenciada. São consideradas como instituições híbridas nas quais há participação de representantes das instâncias de administração do sistema de ensino (Ministério da Educação, Secretarias, etc.) e de representantes das comunidades escolar ou local, relacionados na respectiva legislação. O formato institucional desses conselhos é definido pela legislação local, ainda que parâmetros normativos sejam definidos para todo o país. O que é importante perceber é que existe um grande número de órgãos colegiados de participação na área da educação, com atribuições e composições diferenciadas.

Alguns deles são: Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais e Municipais de Educação. Esses conselhos são órgãos de administração existentes na estrutura educacional. Eles exercem funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e de planejamento. A chamada para a participação de todos no governo das instituições escolares é uma importante consequência do desenvolvimento da democracia na sociedade brasileira – e, também, garantia de que ela possa se expandir por todo o território do país. A gestão democrática contribui para que, em cada escola, crianças, jovens e adultos possam se

desenvolver como sujeitos e se aperfeiçoar no governo e na administração das instituições públicas. Isso implica o aprendizado coletivo de princípios de convivência democrática. Mas isso não ocorre de qualquer maneira. Há leis e normas que regulamentam essa participação. Afirmamos que a gestão democrática observa procedimentos institucionais adequados à igualdade de participação de pessoas diferentes. Como promover a participação? A resposta a esta pergunta requer gestores conscientes das razões que nos conduzem à participação, assim como requer conhecimentos da LDB, lei maior da educação no país. Ela define as linhas mestras do ordenamento da educação brasileira.

O conhecimento da LDB é fundamental para todos os cidadãos e, particularmente, para as equipes gestoras. Ela contém as diretrizes e as bases que norteiam a educação nacional, trazendo elementos importantes para a construção de uma nova escola, democrática e de qualidade para todos. Educadores de todo o país lutaram pela inclusão no texto da LDB do princípio relacionado à gestão democrática, articulando-o com:

- Uma concepção ampla de educação, para além do ensino estritamente escolar.
- Os fins da educação como instrumento para o exercício da cidadania.
- O direito de todos em receber e o dever do Estado em oferecer progressivamente educação básica infantil, fundamental e médio gratuito, independente da situação socioeconômica de cada um.
- A cooperação entre os sistemas de ensino da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- A garantia de autonomia das unidades escolares.

Cada sistema de ensino tem autonomia para a elaboração de normas próprias de gestão democrática. Em todos os sistemas, no entanto, a participação dos profissionais da educação deve ser assegurada e incentivada na preparação do projeto pedagógico da escola, assim como a das comunidades escolares e local nos órgãos de decisão colegiada. A gestão das escolas e dos sistemas de ensino deve contar com a participação de pais, alunos (comunidade escolar) e professores, mas também com representantes das associações comunitárias do poder público e de outras entidades existentes em seu estado ou sua cidade (comunidade local).

Podemos inferir que a gestão democrática se faz no exercício da cidadania de pais, alunos, professores, funcionários e, também, com demais entidades ou pessoas representativas da comunidade local. Nesse sentido, a criação e/ou implementação de fóruns estaduais e municipais de educação é importante. A realização de reuniões periódicas e regulares, com o

objetivo de garantir o acompanhamento e a participação nas deliberações a serem adotadas pelos respectivos sistemas de ensino, é um exercício democrático.

Se a participação da comunidade na escola pode gerar conflitos – seja por submetê-la a pressões de grupos em defesa de interesses específicos, seja por torná-la palco de disputas de caráter partidário, clientelista ou ideológico – o caminho para solucioná-los também passa pela participação coletiva e a definição de objetivos comuns que primem por aproximar as atividades cotidianas da escola das necessidades de seus alunos no sentido de melhorar a qualidade do ensino.

As respostas sobre as razões para a participação na vida da escola contêm vários matizes ela é importante porque aprendemos o que é democracia e passamos a praticá-la nas mais diferentes situações; é uma obrigação e um direito assegurado na lei torna-se uma necessidade para nós que somos informados e propomos novas experiências educativas; é capaz de promover mudanças.

A escola é constituinte e constitutiva da sociedade em que está inserida. Isso significa que não dá para pensá-la de forma independente da realidade social. As ações desenvolvidas na escola refletem o momento histórico que a sociedade está vivendo. Assim, a escola torna-se mais real, mais atuante, quanto maior for o número de sujeitos sociais participando ativamente do seu cotidiano. Ela tem um papel importante na organização da sociedade, mas também se modifica em função da sociedade.

4 - A ATUAÇÃO DO GESTOR FRENTE À INDISCIPLINA ESCOLAR

O papel do gestor escolar vem tomando novos rumos, pressionado pelo contexto da sociedade que exige uma educação voltada para o sentido da vida humana.

Uma primeira resposta aos desafios da gestão democrática na escola seria: esteja atento às transformações que acontecem em nossa cidade e nas comunidades escolar e local. Para isso, procure apurar sua sensibilidade para as novas relações sociais e suas influências ou consequências na educação escolar.

A gestão democrática da educação requer gestores capazes de reconhecer e participar das novas relações sociais em formação. Essa habilidade, por sua vez, desenvolve-se com a participação nas ações coletivas em sua cidade, ações inovadoras capazes de estabelecer programações integradas com o setor privado, entidades governamentais e/ou associações voluntárias. As bases de negociação, no entanto, encontram-se na proposta pedagógica desenvolvida pelas escolas e pelo sistema de ensino.

Participar como cidadãos de novas relações sociais em construção é uma ação inerente à gestão escolar. O desafio consiste em estarmos atentos ao que se passa no interior da escola, com seus problemas e suas dificuldades; e, ao mesmo tempo, em sermos contemporâneos das mudanças em curso na sociedade. As escolas e os sistemas de ensino são bens públicos comuns, e a gestão democrática pressupõe que sejam governados por aqueles que os constituem. No entanto, como toda instituição social, sofrem o impacto do que acontece de bom e de ruim na sociedade.

A educação escolar reproduz a ordem social e cultural existente, mas também é um dos fatores de mudança dessa mesma ordem. As equipes de gestão escolar dispõem de importantes recursos materiais e simbólicos para inscrever os processos educativos escolares nas ações de formação de cidadãos capazes de intervir democraticamente na sociedade.

A vida nas escolas não se restringe mais às salas de aula ou a aulas expositivas dos professores. Aspectos diversos da vida cultural, social e política das cidades interferem na vida e no currículo das escolas. Um exemplo são as numerosas propostas de inclusão de disciplinas como educação para o trânsito, educação e sexualidade, educação e ecologia etc. São todos temas importantes e necessários à formação humana e cidadã. Entretanto, eles podem constituir-se como temas transversais a serem abordados pelo conjunto de disciplinas e experiências curriculares desenvolvido nas escolas.

Dentre as responsabilidades da equipe gestora, uma das que mais podem contribuir para a melhoria da qualidade da educação é a promoção de ações em mão dupla: da escola

para a comunidade e desta para a escola. Essa capacidade é essencial para que as equipes gestoras das escolas públicas enfrentem novos desafios, reduzam desigualdades, aceitem trabalhar com as diferenças e construam com autonomia o projeto pedagógico da escola.

Quem são os responsáveis pelas decisões sobre o que será incluído nos projetos pedagógicos e nos currículos escolares e como este serão tratado, planejados, construídos?

Essas são decisões colegiadas que envolvem a equipe gestora e os representantes da comunidade escolar e local com participação no órgão colegiado da escola. As informações quanto às parcerias já existentes e as possibilidades de parcerias futuras devem estar disponíveis no momento da elaboração do projeto pedagógico e do calendário da escola e das definições curriculares. É preciso analisar coletivamente diversos aspectos das parcerias a serem estabelecidas: Pessoas envolvidas, distribuição de atividades e disponibilidade de horários, natureza e características da participação dos alunos.

A equipe gestora é responsável por assegurar a autonomia da escola diante de novos parceiros, buscar novas oportunidades e articulá-las com os objetivos e as atividades do projeto pedagógico.

Em sua cidade, são muitas as possibilidades de ações compartilhadas ou de parcerias com movimentos socioculturais e entidades privadas. A participação desses setores na vida da escola é enriquecedora quando eles atendem a objetivos e interesses coletivos expressos no projeto pedagógico da escola

Nesse sentido, a democratização no interior da escola se efetiva por meio da criação de espaços de participação e decisão, nos quais professores, funcionários, alunos e seus pais discutam criticamente o cotidiano escolar. A função da escola é a formação de indivíduos críticos, criativos e participantes.

Para atingir esses objetivos, é necessário mobilizar pessoas e criar situações que deem oportunidades iguais para todos, envolvendo pessoas sem o hábito de falar em público ou tomar decisões, ajudando-as a desenvolver essas e outras habilidades importantes para a participação.

As decisões colegiadas produzem melhores efeitos quando as atribuições são claramente definidas. A definição de responsabilidades e competências é um importante passo para o desenvolvimento do trabalho em equipe. A organização de instâncias de participação na escola é uma das competências do gestor e da equipe gestora, que devem incentivar ações baseadas no respeito ao outro e no reconhecimento dos direitos e deveres de cada um. Todos

esses aspectos, articulados, possibilitam à escola estabelecer diretrizes para o seu projeto pedagógico, refletindo sobre seus valores, função social, planos de ação entre outros.

Vimos também que a indisciplina escolar deve ser encarada como fenômeno de aprendizagem, ou seja, além daquilo que ocorre no contexto da sala de aula todos os seus intervenientes devem ser considerados.

Acredito que algo precisa ser feita no campo da gestão para assegurar aos gestores escolares, não só apoio das instituições de ajuda, como uma maior discussão sobre, desde o processo de escolha, como o de formação e preparo destes neste sentido para que eles possam ter mais segurança, clareza, conhecimento no campo das leis e competência, de forma geral para dirigir escolas em um contexto social muito complexo.

Entendemos que por ser o profissional de educação que estabelece um contato mais direto com o trabalho docente, cabe ao gestor escolar fomentar discussões sobre o processo ensino-aprendizagem e a indisciplina escolar.

Cabe ao gestor escolar analisar, em ação conjunta com os professores, as contradições existentes entre o fazer pedagógico e a proposta pedagógica da escola. Também é necessário que o mesmo demonstre, fundamentado cientificamente, que quando se trata de indisciplina na escola as ações voltadas para a prevenção desta são mais eficazes do que medidas baseadas em mecanismos de intervenção, ou seja, é fundamental que se avance para uma mentalidade preventiva quando o assunto é indisciplina escolar, encarando esse fenômeno como previsível e deixando de vê-lo apenas no nível de intervenção.

Enfim, quando as ações disciplinares estiverem alinhadas ao projeto pedagógico da escola como resultado de uma construção coletiva baseada na reflexão por parte da comunidade escolar, entre os quais se encontram professores e gestores, certamente a prioridade recairá sobre a prevenção da indisciplina escolar, reduzindo, com isso, situações de estresse e exaustão por parte dos professores e demais membros que compõem a equipe pedagógica da escola. Em situações nas quais se prioriza a prática de mecanismos intervencionistas, certamente os problemas relacionados à indisciplina escolar tenderão a se repetir, a se aprofundar, tornando-se, conseqüentemente crônicos.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos sempre que a prática de gestão não se desenvolve de modo solitário, ela se faz em equipe, com o envolvimento de diversas pessoas. As mais diferentes ações que compõem a gestão de uma escola ou sistema de ensino são resultantes do trabalho de múltiplos sujeitos

As escolas precisam aprofundar a discussão sobre a indisciplina em sala de aula como um obstáculo para o aprendizado. Este problema precisa ser encarado por toda a equipe pedagógica das escolas onde deve se fazer parcerias. Neste processo, é imprescindível o exercício da escuta ao o aluno e as famílias.

Sugiro que a escola pare para rever seu papel. Se o problema está na competência profissional dos professores, há necessidade de se utilizar todos os recursos da escola em cursos de capacitação profissional. Se a questão está nos critérios para promoção dos alunos há que se discutir a questão da avaliação. Se estiver presa a prática pedagógica condenável para o momento atual, precisa haver uma atuação mais competente da coordenação pedagógica. Enfim, existe um erro, e de nada adianta buscar culpados. É preciso sim, buscar soluções, ou seja, mudança da pratica pedagógica. É necessário também que a Escola tenha claro o que é indisciplina.

A escola terá que decidir quais os caminhos que irá percorrer, tendo em vista a obtenção de uma meta, tendo como o objetivo o fim da indisciplina como obstáculo para o aprendizado.

A realidade imediata é a questão da indisciplina. É preciso questionar esta realidade. Deixar de ver este problema de maneira mecânica e sim, olhar o problema através de uma análise mais aprofundada. Só assim irá mudar sua prática social/pedagógica. A escola, refletindo este problema mediado por uma análise, certamente mudará seu posicionamento.

Pensar em um trabalho mais atual de ação da gestão, envolvendo o professor designado para a coordenação pedagógica como elemento do sistema de gestão escolar, é acreditar na possibilidade de uma ação mais eficiente que se apoiará, basicamente, na participação e na comunicação efetiva e bilateral entre agentes de gestão que são supervisores, professores e coordenadores, oficinas pedagógicas com o pessoal escolar e comunidade. Fazendo referencia aqui àquela ação sendo fruto de um trabalho persistente de participação em seu mais alto nível numa sociedade, que consiste essencialmente no desenvolvimento de um clima positivo de trabalho resultante da confiança mútua e do desejo firme de vencer.

Alguns dirão que a educação e os ensinamentos de limites são papéis das famílias. Têm razão os que assim pensam. Acontece que as famílias não conseguem exercer o seu papel de educador das suas crianças. Além disso, a televisão ainda exerce uma influência negativa no que tange à aquisição de limites pelas crianças. Então, o problema eclode na escola, dentro e fora das salas de aulas.

Indisciplina, atitudes agressivas, inquietação e mau-humor são sintomas que podem indicar problemas psicológicos de crianças e adolescentes por alguns, como no caso da hiperatividade e de outros transtornos psíquicos apresentados por alguns alunos. Entretanto, antes de mandarmos os alunos aos divãs de psicólogos, devemos analisar se os problemas não estão mais relacionados aos adultos, à equipe de educadores das escolas, enfim, ao plano pedagógico e às relações estabelecidas pela equipe pedagógica e os seus alunos.

Concluindo, ressaltamos a importância de uma análise da equipe escolar e de qualificações constantes para melhor desempenhar o papel de educadores. A formação continuada é uma das principais ações que as escolas deveriam ofertar aos seus profissionais incluindo os funcionários que, exercem importantes papéis de educadores. Enfim, a questão da indisciplina e dos relacionamentos entre professores e alunos não deixa de ser um tema de educação preventiva, assim, deve estar em constante pauta de trabalho e aperfeiçoamento pelas equipes docentes das entidades de ensino.

6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICA

ANTUNES, Celso. **Professor Bonzinho Difícil; a questão de indisciplina em sala de aula.** Petrópolis RJ: Vozes 2002.

-----, **Novas maneiras de ensinar, novas maneiras de aprender.** Porto Alegre-Artmed 2002.

AQUINO, Júlio Groppa (org). **Indisciplina na escola: alternativas Teóricas e praticas** 4ªed. São Paulo: Summus, 1996.

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente (1990). Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. – 9. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. 207 p.

BRONFENBRENNER, U., & Morris, P. (1996). **The ecology of developmental processes.** In: W. Damon. (Org.), Handbook of child psychology (Vol. 1, p. 993-1027). New York: John Wiley & Sons.

-----, **The bioecological theory of human development.** In: U. Bronfenbrenner (Org.). Making human beings human: Bioecological perspectives on human development. Thousand Oaks-CA, Sage, 2001/2005a, pp. 3-23.

-----, U. (2011). **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos.** Porto Alegre: Artmed.

ESCOLA, NOVA, Revista. **O que é indisciplina?** . São Paulo: ano XXIV nº 227, outubro 2009. P 78-89.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa** 2 ed. e 23 imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1838 p 1986.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERRARI, Marcio. **Disciplina é um conteúdo como qualquer outro.** Revista Nova Escola. Ano XX nº 183 - Jun/Jul-2005.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Microfísica do Poder.** 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

GARCIA, J. **Indisciplina na escola.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 95, p. 101-108, jan. /abr. 1999.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LUCK, H. et al. **A Escola Participativa: o trabalho do gestor escolar**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 34 e 35..

LURIA, A. R.(1976). **Curso de psicologia geral** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MEDINA. Ed. Campinas: A. S. **Supervisor Escolar: parceiro político-pedagógico do professor**. In: RANGEL, M; SILVA JUNIOR, C. A. (Orgs.). Nove olhares sobre a supervisão. 10 Papirus, 2004.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti? **Ensino: As abordagens do processo?** São Paulo: EPU, 1996.

PASSOS, Laurizete Ferragut. **A Indisciplina e o cotidiano escolar: novas abordagens, novos significados**, In; Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas Disponíveis em: www.pucsp.br/pos/edmat/corpo docente.html. Acessando em 25/06/2012.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

REBELO, Rosana.. A. Argento, **Indisciplina Escolar; causas e sujeitos à educação problematizadora como proposta real de superação**. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 2002.

ROURE, Susie Amâncio Gonçalves de. **Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação**. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2001.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O gestor educacional de uma escola em mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002. 94 p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p.105-122, jan./jun. 2001.

TAILLE, Yves de La. **Nossos alunos precisam de princípios, e não só de regras**. Revista Nova Escola. Ano XXIII nº 213? Jun/Jul? 2008.

VARGAS, Isabela. BAGATINI, Fernanda. **Intervalo bem aproveitado**. Revista Pátio. Ano XI nº 42? Maio/Julho? 2007.

WATERS, Eron. **A televisão como enxerto da violência**. Psicologia da Educação. 7ª ed. São Paulo: Artmed, 1993